

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA 16.12.2025

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2025, às 13:30 horas, os conselheiros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande (CBH Verde Grande), reuniram-se virtualmente para a 44ª Plenária Ordinária. Conselheiros presentes: Maria Antonieta Mourão; Wendel Pereira de Souza; Wesley Mota França; Cristiane Aparecida Silva Brito; Rodrigo Dhryell Santos; Ari Teodoro de Oliveira; John Lennon Tostes Silva; Dirceu Colares de Araújo Moreira; Eduardah Gabriella Alves Silva; Saulo Bresnisk Lage; Adalberto Santos Pinto da Paixão; Paola Junayra Lima Prates; Rodolpho Velloso Rebello; Flavio Gonçalves Oliveira; Euler Melo Nogueira; Walter Santos de Araújo. A reunião foi iniciada pelo presidente Flávio Gonçalves Oliveira, após verificação de quórum, com presença suficiente para deliberações, além de convidados e representantes de instituições parceiras. Foram colocadas em apreciação as atas da 43ª Reunião Ordinária Plenária do CBH VG e 5ª Reunião Extraordinária Plenária do CBH VG, sendo aprovadas em bloco, com abstenção do representante da Centro Universitário FG – UniFG, por não ter participado das reuniões anteriores e foi feito registro de ajustes pontuais sugeridos pelos conselheiros. Após aprovação das atas, deram início ao repasse de informes com a Maria de Lourdes Amaral, representante do Igam, relatando sobre a situação do decreto estadual de criação do novo comitê que se encontra em fase final de tramitação com atraso devido a questões burocráticas e paralisações em razão de greve. A previsão de publicação do decreto de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Verde Grande é até janeiro de 2026. Após publicação, serão iniciados os trabalhos em torno da elaboração do regimento interno e processo eleitoral. Dando continuidade, o presidente Flávio apresentou alguns dados sobre a barragem de Congonhas, destacando que o projeto conta com recursos do Governo do Estado, estimados entre R\$ 15 e R\$ 16 milhões. Informou que a elaboração do projeto já está em andamento, com quatro empresas contratadas, e previsão de conclusão até setembro de 2026. Após essa etapa, será aberta licitação para contratação das empresas responsáveis pela execução da obra. Ainda nos informes, o Secretário Adjunto, Adalberto Paixão, destacou o avanço na infraestrutura hídrica com a modernização do Perímetro Gorutuba. De acordo com o Secretário Adjunto, a CODEVASF realizou a modernização de cerca de 30% da rede de distribuição, ação considerada importante para a sustentabilidade hídrica da barragem Bico da Pedra e convergente com os compromissos da Outorga Coletiva do Distrito de Irrigação. Relembrou que o projeto beneficia tanto o perímetro do Gorutuba quanto o de Lagoa Grande e que a proposta foi submetida, por meio da CODEVASF, para captação de recursos junto à Eletrobras, mencionando, por outro lado, a ausência de recursos do Ministério da Integração para a conclusão da obra. Por fim, enfatizou que a implantação da tubulação já representa um avanço significativo para a sustentabilidade do sistema. Outro informe foi apresentado por Frederico Figueiredo, que tratou da transição da Secretaria Executiva para a Agência Peixe Vivo, prevista para iniciar em janeiro de 2026. Frederico pontua que a Agência será responsável pelas atividades de comunicação, mobilização, elaboração de ofícios e atas, além do apoio administrativo ao comitê. Ressaltou que a parte logística permanecerá sob responsabilidade da equipe atual do IGAM até junho de 2026. Após o repasse de informes foi aprovado o calendário anual com reuniões realizadas, preferencialmente, em formato virtual, podendo sofrer ajustes. Foi registrada a necessidade de inclusão de observação quanto à realização de processo eleitoral em 2026. Na sequência, a Camila Barrioni, Analista da Agência Peixe Vivo, realizou breve apresentação institucional e comunicou que a Agência está conduzindo o processo de instituição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) integrado, com participação de representantes dos afluentes mineiros. Foi esclarecido que o grupo tem como atribuições: acompanhar e avaliar a execução do PAP e do POA; elaborar, organizar e acompanhar o Plano de Trabalho; receber avaliação do IGAM sobre o referido plano; promover discussões periódicas sobre a execução do contrato de gestão. A vigência do grupo será equivalente à vigência do contrato de gestão, com reuniões mínimas de duas vezes ao ano, preferencialmente em formato virtual. Para composição do Grupo estava previsto a indicação de um representante titular e um suplente. Durante a discussão houve uma consulta aos membros, na ausência de manifestação de interesse, o presidente Flávio sugeriu o Adalberto Paixão

(titular) João Batista (suplente) — este último com experiência, embora ausente na reunião por estar em viagem. A indicação foi aceita pelos presentes. Desse modo ficou deliberado que o Adalberto Santos Pinto da Paixão será o titular e o João Batista Ribeiro da Silva Reis suplente do GACG. A Camila Barrioni confirmou a definição dos representantes e informou o encerramento desta pauta, com passagem para o próximo item da reunião: Apresentação e aprovação do Plano Orçamentário Anual – POA. Dando continuidade à reunião, a Camila iniciou a apresentação referente ao POA 2026, pontuando que o formato do plano orçamentário apresentado segue o mesmo padrão já utilizado e aprovado anteriormente para o custeio de 2025, bem como o modelo adotado para o Plano de Aplicação Plurianual. Foi apresentada a previsão de arrecadação para o ano de 2026, estimada em R\$ 1.259.049,00, já considerando uma inadimplência estimada de 61%. O valor específico de custeio para o Verde Grande é de R\$ 94.428,00. Camila destacou ainda que o custeio da Agência Peixe Vivo é compartilhado com os demais comitês atendidos. Para o ano de 2026, a previsão total de despesas da Agência é de aproximadamente R\$ 900.000,00, sendo a participação do Verde Grande no valor de R\$ 94.428,00. Detalhou-se que R\$ 46.034,00 estão provisionados para despesas com pessoal administrativo, incluindo folha de pagamento, encargos e benefícios, especialmente considerando a contratação de um auxiliar administrativo em Montes Claros a partir de maio de 2026. Segundo a Camila, R\$ 48.394,00 permanecem sem alocação específica, constituindo uma margem de segurança, em razão da incerteza na arrecadação. Foi destacado, ainda, que a partir de 2026 haverá possibilidade de alteração no percentual de custeio, passando de 7,5% para 11% da arrecadação. O conselheiro Ari Toletto, levantou preocupação quanto ao alto índice de inadimplência e ausência de penalizações efetivas. Em resposta, a Flávia Simões, representante da ANA, informou que usuários inadimplentes sofrem restrições, como inclusão em dívida ativa e não renovação de outorga. Diante da relevância do tema, foi sugerido pela Camila, que a discussão aprofundada futuramente, com possibilidade de proposição de medidas para redução da inadimplência. Não houve objeção quanto a aprovação do POA. Na condução da reunião o presidente Flávio, compartilhou uma iniciativa que vinha articulando junto a empresas instaladas na região de Montes Claros: recentemente participou de um evento onde conversou com diretores da Indústria Farmacêutica Novo Nordisk, que demonstraram interesse em apoiar ações voltadas para gestão ambiental e recursos hídricos. Destacou que qualquer parceria deveria ser conduzida por meio do Comitê, já que a gestão dos recursos hídricos da bacia é uma atribuição institucional do CBH VG. Informou ainda que pretendia manter contato com a Agência Peixe Vivo para avaliar formas de estruturar essa possível cooperação. Na sequência, informou que também havia sido convidado para visitar outra grande Indústria Farmacêutica em implantação na região, e que pretendia apresentar propostas semelhantes, buscando apoio financeiro para projetos de conservação de água, solo e revitalização ambiental da bacia. Dando prosseguimento, o Adalberto Paixão, comentou que, participou de uma discussão sobre a elaboração de projetos de barragens destinadas ao aumento da oferta hídrica no Rio Verde Grande. Ele observou que o projeto de Água Limpa já estava avançado, e sugeriu maior articulação com o comitê para viabilizar novos projetos e futuras obras. O presidente Flávio aproveitou o tema para apresentar uma proposta que considera promissora para a bacia: a implantação de barragens de soleira, estruturas de pequeno porte construídas na calha do rio. Segundo ele, essas barragens teriam aproximadamente dois metros de altura e custo relativamente baixo, estimado entre R\$ 400 mil e R\$ 500 mil por unidade. Explicou que cada estrutura poderia represar água por cerca de vinte quilômetros ao longo do rio, contribuindo significativamente para a manutenção dos níveis hídricos durante os períodos secos. Durante a discussão, presidente Flávio destacou que existem trechos críticos do Rio Verde Grande onde o fluxo de água desaparece ainda no primeiro semestre do ano. Ele citou especialmente a região entre Montes Claros e Janaúba, explicando que parte dos afluentes que antes contribuíam para a manutenção da vazão atualmente direcionam suas águas para a Barragem de Juramento. Como consequência, alguns segmentos do rio permanecem secos por longos períodos. Na avaliação do presidente, a instalação de dois ou mais barramentos em pontos estratégicos poderia manter extensos trechos do rio com água durante grande parte do ano, beneficiando comunidades, produtores rurais e o meio ambiente. O conselheiro Ari Teodoro reforçou a gravidade da situação ao afirmar que, em determinados locais, a escassez é tão intensa que nem mesmo nas áreas próximas às nascentes existe água suficiente. Na sequência, o presidente Flávio questionou Maria Antonieta sobre os avanços na proposta de ampliação do monitoramento das águas subterrâneas na bacia do Verde Grande. Maria informou que a iniciativa é viável e que, além de poços exclusivos para monitoramento, também podem ser utilizados poços já existentes, desde que não sejam intensamente explorados. Na sequência, o presidente lembrou o estudo realizado pela CPRM em parceria com outros órgãos, que monitorou dez poços de observação por quase três anos, além de acompanhar níveis de água superficial e subterrânea em pontos do Rio Verde Grande e Ribeirão do Ouro. Segundo

Maria, o trabalho permitiu relacionar chuva, recarga dos aquíferos e variação dos níveis de água, constituindo uma iniciativa pioneira no país e possibilitando a definição de níveis de segurança para a exploração das águas subterrâneas. Com base nesses resultados, Flávio propôs ampliar a rede de monitoramento por meio de parcerias com os municípios da bacia, utilizando poços já existentes para observação. A expectativa é que, com a participação das prefeituras, seja possível criar uma rede de aproximadamente cem poços distribuídos pela região, complementada por instrumentos de medição de chuva para fortalecer as análises hidrológicas. Maria considerou a proposta positiva e sugeriu a inclusão de poços desativados ou abandonados, que podem fornecer dados mais confiáveis por não sofrerem interferência do bombeamento. Ela ressaltou que uma rede mais ampla permitiria compreender melhor as diferenças de comportamento dos aquíferos em toda a bacia. Também foi discutida a possibilidade de integrar ao monitoramento dados de usuários de irrigação que já fornecem informações ao IGAM. Por fim, Maria informou que os relatórios finais do estudo já foram entregues à ANA e estão em fase de revisão. Ao saber que o Comitê ainda não havia recebido os documentos, comprometeu-se a verificar o envio para que os membros possam analisá-los. Encerrando o tema, Flávio destacou que a sobrevivência da população e das atividades econômicas da região depende diretamente das águas subterrâneas. Maria concordou, ressaltando que a forte dependência dos aquíferos torna essencial a ampliação e o aperfeiçoamento contínuo do monitoramento na bacia do Verde Grande. O presidente deu continuidade a reunião, abordando a situação dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Verde Grande e os desafios para sua aplicação. A Grace Benfica Matos, representante da ANA, relatou que a arrecadação da cobrança tinha um saldo acumulado na Conta Única do Tesouro da União disponível na bacia, no dia 11/12/2025, de aproximadamente R\$1,4 milhão. Foi empenhado R\$ 60.000,00 para custeio da participação de membros do Comitê em eventos e reuniões, no entanto a maior parte permaneceu sem utilização. O presidente destacou que a falta de uma estrutura de apoio ao Comitê após o encerramento do contrato com a Agência Peixe Vivo dificultou a execução de ações e contribuiu para o acúmulo dos recursos. Segundo ele, a prioridade para 2026 será planejar a aplicação desses valores em ações previstas no Plano de Recursos Hídricos, especialmente aquelas voltadas para aumentar a disponibilidade hídrica da bacia. A Flávia Simões mencionou que ANA, IGAM e INEMA estão discutindo alternativas para reorganizar a governança da bacia, diante das mudanças institucionais recentes. Segundo ela, está sendo elaborada uma nota técnica para subsidiar decisões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e 2026 deverá ser um ano decisivo para definir um modelo de gestão mais sustentável para o Verde Grande. Ao final, os participantes concordaram que os recursos não podem permanecer parados e que é necessário construir soluções que permitam sua aplicação em benefício da bacia. O presidente Flávio reforçou que o principal desafio continua sendo a escassez hídrica e defendeu que os investimentos futuros priorizem ações capazes de ampliar a disponibilidade e a segurança hídrica para os usuários do Rio Verde Grande. Em seguida, Ari Teodoro questionou se os 263 mil reais remanescentes do antigo Contrato de Gestão nº 83, estava incluído no saldo total de aproximadamente R\$ 1,4 milhão informado anteriormente. Grace esclareceu que sim. Explicou que, após o encerramento do contrato e a prestação de contas final da entidade delegatária, os recursos remanescentes foram devolvidos e incorporados à Conta Única do Tesouro Nacional, passando a integrar o saldo atualmente disponível para a bacia. O segundo questionamento de Ari dizia respeito à prestação de contas dos recursos destinados ao custeio de viagens e participação de conselheiros em eventos externos. Ele lembrou que, em reunião anterior, havia sido informado que seria realizada uma prestação de contas ao final de cada exercício financeiro e perguntou quando isso ocorreria. O presidente Flávio respondeu que, como a movimentação financeira foi muito pequena durante o período, praticamente restrita a algumas viagens institucionais, a prestação de contas refletiria basicamente o saldo existente e os poucos recursos efetivamente utilizados. Com todos os pontos da pauta já discutidos, o presidente passou aos encaminhamentos finais da reunião. Destacou que o Comitê aguarda definições dos órgãos gestores sobre o futuro institucional da bacia. Citou especialmente a necessidade de uma decisão sobre a configuração do Comitê após as mudanças promovidas pelos estados de Minas Gerais e Bahia em relação à gestão dos afluentes. Segundo ele, será necessário construir um novo arranjo institucional capaz de integrar adequadamente os diferentes entes envolvidos e garantir a continuidade da gestão compartilhada dos recursos hídricos. Por fim, não havendo novos assuntos a tratar, o presidente considerou cumprida toda a pauta da reunião e encaminhou seu encerramento.

Flávio Gonçalves Oliveira

Presidente do CBH Verde Grande

Laila Tupinambá Mota

Secretária Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Laila Tupinambá Mota, Secretária**, em 03/09/2026, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Gonçalves Oliveira, Presidente(a)**, em 04/09/2026, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **146893482** e o código CRC **E330080E**.

Referência: Processo nº 2240.01.0003825/2026-32

SEI nº 146893482